

O “LUGAR” DA PESQUISA QUALITATIVA NA GEOGRAFIA: ELEMENTOS PARA DISCUSSÃO

Fabio de Oliveira Neves

*Unioeste, Campus de Mal. Cândido Rondon
fabio.neves@unioeste.br*

Resumo

Os problemas socioespaciais do século XXI trazem luz para os desafios de adaptação/reavaliação dos conceitos e métodos de pesquisa na geografia. Desde o *tournant culturel*, a partir da década de 1980, a geografia reformou sua agenda a fim de envolver aspectos subjetivos da relação entre o homem e o espaço. O conceito humanista de espaço vivido dá ênfase sobre a importância da experiência e vivência cotidiana dos atores sociais. O conceito de lugar se refere aos significados e sentimentos atribuídos ao espaço por aqueles que nele vivem. Desse modo, as representações sobre o espaço e o lugar tornaram-se elementos centrais da geografia humanista. Investigá-los requer reavaliar métodos e técnicas de pesquisa. É preciso estabelecer diálogo com as demais ciências sociais ou humanidades, adaptar instrumentos e métodos, elencar novas problemáticas. Este texto objetiva apresentar elementos para a discussão sobre o “lugar” da pesquisa qualitativa na geografia e seus instrumentos que buscam responder aos problemas socioespaciais contemporâneos.

Palavras-chave: Método qualitativo; Geografia; Representações socioespaciais.

Abstract

The socio-spatial problems in the 21st century bring to light the challenges of the adaptation/review of research concepts and methods in geography. Since the 1980's *tournant culturel*, geography reshaped its agenda to involve the non-objective aspects of the relationship between man and space. The humanistic concept of space put emphasis on the relevance of the experience and daily life of the social actors. The concept of place refers to the significances and feelings attributed to the space by people who live in it. In this way, the representations of space and place had become central elements in the humanistic geography. To investigate it we should review the research methods and techniques. It's required to establish a dialog with others social sciences or humanities, to adapt instruments and methods, to list new issues. This text aims to present elements for discussion about the “place” of the qualitative research in geography and their instruments that seek to answer to the contemporary socio-spatial problems.

Keywords: Qualitative method; Geography; Socio-spatial representations.

Introdução

Qual é o “lugar”¹ da pesquisa qualitativa na geografia? A geografia é uma ciência primordialmente de métodos qualitativos ou quantitativos? Haveria resistência à valorização das pesquisas com métodos qualitativos ao mesmo patamar do “reconhecimento científico” atribuído aos quantitativos? Estes questionamentos fazem parte de discussões metodológicas comuns à geografia e que devem ser reforçadas continuamente, visto as transformações dessa

¹ Embora na linguagem cotidiana e banal, lugar se refira a qualquer localização, área ou espaço, na geografia, o lugar é um espaço percebido e vivido, dotado de significado, no qual destaca-se a dimensão cultural-simbólica (Souza, 2013).

ciência e a consequente necessidade de diversificação de métodos que também são utilizados por outras ciências sociais.

Mesmo que os métodos qualitativos e quantitativos não sejam mutuamente excludentes e que, por vezes, seja difícil enquadrar as pesquisas científicas de um só lado, há a necessidade da discussão específica sobre os métodos qualitativos na geografia, pois estes respondem às necessidades da pesquisa socioespacial contemporânea em temas como: o fundamentalismo religioso e o seu uso político; o fortalecimento de identidades socioespaciais regionais e os movimentos separatistas; os movimentos sociais e suas estratégias territoriais; a violência urbana e os sentimentos correlatos de medo e fobia que alteram o cotidiano da população das cidades; etc.

As questões socioespaciais atuais requerem métodos qualitativos diversificados que, contudo, não são novidades na história da ciência geográfica. Desde o século XIX, com o aparecimento de cursos de geografia nas universidades alemãs e francesas, esta ciência apresenta períodos distintos de maior aproximação seja com métodos qualitativos, seja com métodos quantitativos.

Se a observação direta pode ser considerada um procedimento metodológico usual e tradicional da geografia, outros instrumentos qualitativos, como mapas mentais e a análise do discurso, etc., são utilizados mais recentemente, principalmente a partir da década de 1980. Trata-se do *tournant culturel* dessa ciência com ênfase em elementos subjetivos da relação do homem com o espaço geográfico, como as representações e os sentimentos desenvolvidos pelas pessoas em relação aos lugares. Esses novos temas demandam ampla reflexão sobre a ciência geográfica e métodos qualitativos adequados para responder a seus desafios mais atuais.

Reconhecendo a necessidade recorrente do repensar o *savoir faire* do geógrafo e dos métodos utilizados na pesquisa socioespacial, este texto objetiva levantar elementos de discussão e reflexão metodológica sobre as pesquisas qualitativas na geografia, através da interpretação de obras de diferentes autores que se dedicaram ou tangenciaram esse tipo de discussão. Situam-se as tendências pró-qualitativas ou quantitativas de acordo com distintos períodos do desenvolvimento da geografia. Também são apresentados instrumentos metodológicos de cunho qualitativo e de uso recorrente na geografia atual.

1. O “lugar” da pesquisa qualitativa na geografia

Percorrer o histórico do desenvolvimento da ciência geográfica, parece ser indispensável para situar o “lugar” e a relevância do método qualitativo nessa ciência. Alain Chante (2007), em texto publicado na revista *Recherche Qualitative*, esboçou esse percurso indicando a predominância em momentos distintos do método quantitativo ou do qualitativo.

O primeiro período identificado pelo autor situa-se no século XIX e caracteriza-se pela tensão entre uma geografia “profissional”/estratégica e uma geografia “universitária”. A primeira estaria ligada à utilização de diversos conhecimentos, inclusive da estatística, para fins econômicos, coloniais, militares e políticos, com *locus* de produção e disseminação nas Sociedades Geográficas criadas na Europa entre 1820 e 1830 (de Paris, de Berlim e de Londres), com forte vinculação com os Estados europeus imperialistas. A segunda ligar-se-ia ao que era ensinado na academia, com forte influência de Vidal de la Blache (ícone da criação da geografia universitária na França). Seria uma geografia descritiva e ideográfica, que valorizava o excepcionalismo das paisagens e a descrição das regiões geográficas (aspectos físicos e sociais) em formatos de monografia.

A geografia “profissional”/estratégica estava mais próxima da valorização do quantitativo, dos dados sobre populações e os territórios coloniais pertencentes às potências europeias, enquanto a “universitária” seria essencialmente qualitativa, baseada na delimitação e descrição de regiões, segundo a concepção do pesquisador. A coexistência destas “duas” geografias já tinha sido indicada por outro autor francês: Yves Lacoste (2014), em contexto diferenciado e com outro propósito. Lacoste, no livro *La géographie, ça sert, d’abord, à faire la guerre*, publicado originalmente em 1976, contrapunha uma geografia “dos professores” (universitária) simplória e enfadonha, baseada na descrição e na memorização de nomes de rios, altura de montanhas, etc. (que teve como modelo a obra de Vidal de la Blache²), a uma geografia

² Apesar da “condenação” de Vidal de la Blache por Yves Lacoste em sua obra de 1976, nas versões posteriores deste livro clássico da geografia, o autor relativiza seus julgamentos para com a obra vidaliana, chegando mesmo a fazer um *mea culpa* e a reconhecer que o pioneiro da geografia “dos professores” foi autor de obras de relevância política e estratégica que estavam longe do saber desinteressante e aborrecido que era disseminado nas escolas. A obra de La Blache não se restringiu a “guiar” as pesquisas regionais descritivas, como também defendeu a complementaridade destas com uma geografia geral, fundamentada na busca de leis gerais e com forte caráter positivista. É possível encontrar essa posição do autor francês exposta no texto: **O princípio da Geografia Geral**, publicado originalmente na França, nos *Annales de Géographie* em 1896, e traduzida no Brasil por Rogério Haesbaert e Sylvain Souchaud, com publicação no livro Vidal, Vidais. Textos de Geografia Humana; Regional e Política (Haesbaert, R.; Pereira, S. N.; Ribeiro, G. (Orgs.), 2012).

muito mais interessante e importante, um saber estratégico de conhecimento dos territórios utilizado pelos Estados e pelas grandes empresas – a “geografia dos Estados maiores”. Esta propunha um conhecimento estratégico das características dos territórios a fim de subsidiar a ação dos Estados e das empresas. O propósito de Lacoste era o de revalorizar o saber geográfico, enquanto saber político, muito mais útil, importante e estratégico do que aquele até então ensinado nas escolas. A geografia era, segundo o autor, um saber relevante não só para “fazer a guerra” e não só para os Estados e grandes empresas, mas para o cidadão individual, para saber “pensar o espaço”, a fim de saber se organizar e ter conhecimentos espaciais fundamentais para a vida cotidiana.

Um segundo período, de acordo com Chante (2007), situa-se em meados do século XX, com o movimento da Nova Geografia. Este, acompanhando as diretrizes científicas neopositivistas do Círculo de Viena, aproximou-se mais intensamente da linguagem matemática e da lógica. Incorporaram-se novas técnicas estatísticas de tratamento de dados, como a análise fatorial, para aproveitar-se do grande conjunto de informações das pesquisas censitárias desenvolvidas pelos Estados e da capacidade de processamento de dados dos computadores.

A Nova Geografia ganha força nas décadas de 1940 e 1950 nos países de língua anglo-saxã. Também é chamada de “Geografia Quantitativa”³. Condenava o saber universitário tradicional, de cunho descritivo e regional. A geografia deveria buscar explicar a distribuição dos fenômenos no espaço, o papel da distância entre os objetos e, por fim, utilizar-se de leis gerais para prever a ocorrência desses fenômenos. Segundo Campos (2011), a Nova Geografia propunha um radical rompimento com a geografia tradicional, mas que na prática não foi realizado. Os métodos quantitativos já seriam utilizados anteriormente, mas ganharam mais sofisticação e aprimoramento na “Geografia Quantitativa”. Não se tratava de uma “ruptura epistemológica” legítima, como defendido pelos seus partidários, mas simplesmente da utilização de um conjunto de técnicas quantitativas para “aproximar” a geografia da linguagem

³ Ruy Moreira (2009) identifica três fases no desenvolvimento desta corrente: a primeira fase **quantitativa** desenvolve-se nos anos 1940 e 1950, com a introdução de modelos locacionais; a segunda, a **teorética**, nos anos 1960, que incorpora o uso de modelos matemáticos estocásticos, análise fatorial e simulação, e modelos teóricos como os de Von Thunen, Weber e Christaller; e a terceira, a **New geography** nos anos 1970, quando a geografia, além dos avanços no tratamento de dados quantitativos e do uso de modelos, se apropria da Teoria dos Sistemas como base para estudos geográficos.

matemática e reafirmá-la como uma verdadeira ciência, de acordo com os princípios neopositivistas. O autor ainda ressalta a busca de um perfil mais pragmático e utilitário do conhecimento geográfico que se propunha como um conhecimento fundamental para o planejamento estatal, baseado no conceito de organização espacial⁴.

O desejo de se tornar uma *ciência respeitável* foi um dos motivos da busca, por parte de alguns geógrafos, de uma **linguagem matemática**, em virtude da crença de que os métodos matemáticos, as **técnicas estatísticas**, permitem uma maior precisão, uma melhor generalização e uma previsão mais confiável do que as descrições verbais. Obter-se-ia isto através da combinação do uso de estatísticas, das **análises de sistemas** e dos **modelos**. Ter-se-ia também maior rigor na relação entre causa e efeito e melhor compreensão das múltiplas variáveis em jogo, através do uso da **análise multifatorial**; até porque as variáveis poderiam ser separadas, contabilizadas e diferenciadas, facilitando a explicação e a elaboração de **modelos descritivos e prospectivos**. (Campos, 2011, p. 447, grifo nosso).

O terceiro período, de acordo com Chante (2007), foi o do *tournant culturel* da década de 1980, no qual a geografia voltou-se aos estudos da percepção e das representações em relação ao espaço geográfico vivenciado e experimentado pelos indivíduos e atores sociais. As representações sociais corresponderiam, segundo Jodelet (1989 *apud* Bertrand et al., 2007), a sistemas de representações que regem a nossa relação com o mundo e com as outras pessoas, orientando nossas condutas e a comunicação social. Assim, as representações sociais sobre o espaço vivido (ou representações socioespaciais) seriam mediadoras entre as características físicas do espaço geográfico e as efetivas práticas sociais dos atores que o transformam.

O *tournant culturel* na geografia foi o estopim da emergência de estudos com enfoque na experiência subjetiva e intersubjetiva do espaço vivido. Segundo Claval (2014), a geografia passa nos anos 1970 por uma “revolução” que subverte uma pretensa objetividade no estudo positivista do espaço geográfico e da relação entre pesquisador e objeto de estudo. Até meados do século XX: “a maior parte dos geógrafos [...] ignora o diálogo que se estabelece entre **sensibilidade humana e ambiente**.” (Claval, 2015, p. 222, grifo nosso). Segundo o autor, os estudos eram realizados sobre um espaço geográfico externo ao homem, sob quatro enfoques centrais: relações entre o homem e o meio/a natureza; estudo de situações, isto é, a localização

⁴ Organização espacial, enquanto conceito ligado principalmente à Geografia Quantitativa, refere-se à localização relativa de objetos distribuídos no espaço. Isto remete à ideia de espaço organizado ou que as coisas devem estar colocadas no seu devido lugar, indicando uma pretensa harmonia que, de fato, não existe. (Campos, 2011).

relativa de um fenômeno diante de outros objetos e fenômenos geográficos; as estruturas paisagísticas regionais e o impacto das distâncias nas relações sociais. Os fenômenos considerados ocorrem “sobre” o espaço, mas a geografia em geral ignorava qualquer relação subjetiva entre o homem e o ambiente. A concepção objetiva de espaço como palco das relações sociais se modifica. Passa-se a considerar não só o espaço físico, mas

“as lembranças de infância e para a maneira como elas modelam a sensibilidade das pessoas; fala-se daquilo que dá charme às paisagens; descobre-se a festa, o espetáculo. [...] se questionam sobre as identidades coletivas e sobre a maneira como se enraízam no território, voltam-se para os mitos e para o sentido que dão à vida dos homens.” (Claval, 2015, p. 223).

Esses três períodos (no século XIX; da Nova Geografia nos anos 1950; e do *tournant culturel* nos anos 1970) nos indicam que conforme a ciência geográfica foi se desenvolvendo, ela se aproximou de forma mais ou menos intensa dos métodos quantitativo ou qualitativo. Em períodos de maior aproximação ao (neo)positivismo (como na Nova Geografia), os geógrafos recorreram à referência *master* da matemática e da lógica. Assim, se apoiaram sobre métodos quantitativos e técnicas estatísticas, como a análise fatorial, a fim de legitimar o caráter científico e objetivo da geografia. Em outros momentos, quando se aproximaram das filosofias anti-positivistas (fenomenologia, hermenêutica, etc.), os geógrafos passaram a recorrer a uma maior diversidade de linguagens e métodos para englobar aspectos subjetivos da produção de conhecimento. Assim, o subjetivismo, os sentimentos e as representações dos grupos e indivíduos em relação ao espaço vivido e ao lugar passaram a ser objetos privilegiados de estudo e, conseqüentemente, demandaram maior desenvolvimento dos métodos qualitativos na geografia.

A geografia moderna, segundo Gomes (2000), oscilou entre a influência do método lógico-racional, positivo e experimental, e as “contracorrentes” que o questionavam (a Filosofia da Natureza; o Romantismo; a Hermenêutica; e a Fenomenologia). Esta oscilação entre o método lógico-racional e as “contracorrentes” marca a complexidade do desenvolvimento da ciência geográfica e a sua perfeita afirmação como “ciência moderna”, já que a modernidade também oscila entre o positivismo e as “contracorrentes”. Por um lado, quando a geografia se aproximava do polo positivista, buscava objetividade, explicação sobre a ocorrência e a distribuição espacial dos fenômenos e as leis gerais que regeriam o espaço geográfico. Os

métodos quantitativos apresentavam-se, então, como ideais para identificar padrões de distribuição e frequência de fenômenos no espaço geográfico e dotar a geografia de potencial preditivo. Era este o caminho único e incontestável de sua afirmação enquanto ciência legítima (e positiva). Por outro lado, as geografias que seguiam as “contracorrentes” do conhecimento demandavam métodos e instrumentos alternativos para a pesquisa geográfica. O objetivo era mais a compreensão e a interpretação do que a explicação dos fenômenos. A valorização não era da busca das regularidades entre os fenômenos, mas a busca do excepcional e do único.

Os conceitos fundamentais para a geografia pós-*tourant culturel*, como o espaço vivido e o lugar, indicavam a importância de concepções, representações e leituras subjetivas do mundo que mediam a ação do homem no espaço geográfico. Considerando o espaço geográfico como um conceito “guarda-chuva” do qual se derivam outros conceitos, o conceito de lugar destaca-se nas abordagens humanistas, pois privilegia a dimensão simbólico-cultural, diferentemente de outros conceitos, como território e sua dimensão política dominante (Souza, 2013).

Depois de compreender a variação das tendências qualitativas e quantitativas em diferentes períodos da ciência geográfica, é necessário voltar-se ao uso do método qualitativo, os conceitos correlatos e os procedimentos e instrumentos que o constituem.

2. O método qualitativo na geografia

De acordo com Bertrand et al. (2007), o método qualitativo não se resume a simples escolha de instrumentos de produção e/ou recolhimento de dados e técnicas de análise. É indispensável ligar esses instrumentos a uma problemática e conceitos, formando um conjunto adaptado ao objeto de pesquisa.

Na geografia pós-*tourant culturel*, o conceito-central do espaço geográfico ganhou modificações importantes para balizar as pesquisas socioespaciais. A concepção do espaço geográfico, em uma geografia preocupada com as relações da sociedade para com o espaço, resulta de interações entre processos naturais, formas/objetos físicos, práticas sociais e representações (Bertrand et al., 2007).

O *tournant culturel*, que inseriu as representações socioespaciais no centro das preocupações das pesquisas geográficas, demandava a aplicação de métodos qualitativos com instrumentos e técnicas já utilizados em outras ciências sociais, como a sociologia, a psicologia, a semiótica e a linguística (Bertrand et al., 2007).

Entre os instrumentos recorrentes da pesquisa qualitativa na geografia estão: a entrevista semiestruturada; a observação direta; a fotografia; e os mapas mentais.

A entrevista semiestruturada é um instrumento entre os mais recorrentemente utilizados na pesquisa em geografia humana⁵. A análise dos grupos e atores sociais, da vivência e das formas de controle e uso do espaço geográfico demanda a compreensão das representações socioespaciais, das “leituras” das paisagens, dos “sentidos de lugar”⁶ que as pessoas atribuem ao seu espaço vivido. A subjetividade e a intersubjetividade passam a ser indispensáveis para compreender as estratégias de sobrevivência de distintos atores sociais. A ação do homem no espaço depende da formação de representações que estão ligadas ao meio e valores sociais. Nesse contexto, os números isoladamente e os dados censitários sobre população, tradicionalmente utilizados pela geografia, são insuficientes enquanto recurso para buscar a compreensão das representações que mediam a relação do homem com o espaço geográfico.

É inegável certa confusão entre um instrumento majoritariamente qualitativo: a entrevista semiestruturada, e um instrumento essencialmente quantitativo: os questionários. A estrutura “fixa”, de questões fechadas, dos questionários permite a quantificação das informações encontradas. Se estes se aplicam muito bem a grandes amostragens de participantes, para a criação do perfil de uma população, entre outros usos, o mesmo não se pode dizer da “captação” das representações sobre o espaço, de subjetividades, da linguagem e das opiniões dos participantes. As entrevistas semiestruturada e não-estruturada buscam o

⁵ Aceitamos, como base de reflexão, a dupla filiação epistemológica da ciência geográfica definida por Souza (2016). Trata-se da geografia física, com proximidade junto aos métodos das ciências naturais, e da geografia humana, que se liga aos métodos das ciências sociais. Embora, acreditemos no *continuum* entre métodos qualitativos e quantitativos, os procedimentos e instrumentos qualitativos são utilizados essencialmente nos estudos de geografia humana.

⁶ O sentido de lugar “se refere às maneiras como a experiência e a imaginação humanas se apropriam das características e qualidades físico-materiais [*physical characteristics and qualities*] da localização geográfica. Ele [o conceito de *sense of place*] captura as orientações subjetivas que derivam do viver em um lugar em particular como um resultado de processos sociais e ambientais interconectados, criando e manipulando relações flexíveis com o espaço físico-material [*physical space*].” (Oslender, 2004 *apud* Souza, 2013, p. 114).

discurso, a palavra, a “leitura de mundo” do participante e sua relação como o espaço. Os instrumentos são distintos, assim como os métodos para análise. Enquanto os resultados de questionários podem ser quantificados e tratados com técnicas estatísticas, as entrevistas semi e não-estruturadas são “tratadas” principalmente através da análise de discurso. A análise de discurso busca compreender a produção de sentidos através dos meios que o materializam (Mazolla, 2009) – textos, entrevistas, pronunciamentos, etc. – considerando as condições externas da produção do referido discurso.

O discurso do tipo oral, obtido com as entrevistas, é somente uma das possibilidades de analisar as representações socioespaciais de atores sociais. Outra possibilidade, segundo Bertrand et. al. (2007) mais adequada ao lidar com representantes institucionais (como prefeitos, funcionários do poder executivo, urbanistas, etc.), é a análise do discurso escrito, que permite o acesso às representações dominantes oficiais. Os autores ainda ressaltam a importância da contextualização, ou seja, da consideração pelo pesquisador de elementos como a “situação” em que o discurso foi publicado, para quem ele é direcionado e qual é a sua função.

A observação direta é outro procedimento metodológico utilizado na pesquisa geográfica qualitativa. A observação da paisagem não é uma novidade na geografia moderna. Este procedimento aparece entre os utilizados por um dos seus fundadores, Alexander von Humboldt. Para o naturalista alemão, a “habilidade” de contemplação da paisagem fazia parte das características do pesquisador. Julgada como “pouco científica”, a observação foi esquecida entre os procedimentos metodológicos, notadamente quando a geografia se aproxima dos imperativos do positivismo. Segundo Gomes (2013), o desprestígio da imagem, da observação, resultou na secundarização do trabalho de campo como procedimento metodológico na geografia, que se tornou um “simples recurso pedagógico, demonstração de um saber que se constrói fora da observação.” (p. 9).

O seu retorno no último quartel do século XX, como instrumento importante na pesquisa socioespacial, como forma de contato direto entre o pesquisador e o objeto de estudo, marca a recuperação de uma tradição da ciência geográfica que pode ser usada como método principal ou complementar. A observação direta auxilia o geógrafo a não ter somente uma leitura indireta por outrem, já interpretada da realidade, como acontece com as entrevistas.

A fotografia e os mapas mentais são outros recursos amplamente utilizados na pesquisa socioespacial, notadamente para trabalhar com a percepção e as representações das pessoas sobre o mundo. A fotografia pode representar tanto um “ponto de vista” da paisagem local e seus objetos geográficos relevantes, quanto pode ser usada, segundo Bertrand et al. (2007), como elemento dinamizador da entrevista, na intenção de buscar as representações dos atores sociais sobre o seu espaço vivido. Os mapas mentais são desenhos feitos pelos sujeitos-alvo de uma pesquisa nos quais pode-se buscar as representações socioespaciais, através dos percursos de deslocamento cotidiano, das referências espaciais do cotidiano para cada indivíduo, entre outros elementos.

Os mapas mentais desenhados pelas populações [...] mostram claramente que a percepção que têm do mundo é socialmente construída e reflete a cultura na qual estão imersas: há uma sociedade na qual se fala árabe e onde a população se volta para Meca cinco vezes por dia, à hora da oração, e uma sociedade onde se tem o sentimento de ser europeu, mesmo sabendo-se que os europeus são diversos pela sua história e sua língua. (Claval, 2014, p. 245).

Representam uma técnica fundamental para desvendar: os objetos espaciais mais destacados pelos participantes na organização do território; os percursos realizados; os lugares frequentados e outros elementos da vivência do espaço geográfico (Bertrand et al., 2007). Um trabalho primordial sobre a técnica dos mapas mentais foram os estudos de Kevin Lynch, na qual se solicitava que o participante da pesquisa desenhasse um mapa do espaço de deslocamento cotidiano para a escola, o trabalho e as lojas (Claval, 2014). Assim, pode-se identificar objetos geográficos relevantes para desvendar as representações socioespaciais que dão sentido à relação do homem com o espaço geográfico.

Considerações finais

É possível afirmar a estreita vinculação entre conceitos, problemática e instrumentos metodológicos. A “abertura” do conceito-chave da geografia, o espaço geográfico, à experiência, às subjetividades e aos sentimentos que qualificam os lugares, isto é, o espaço vivido e dotado de valor, trouxe novas discussões para a agenda da geografia. Questões sobre as identidades socioespaciais, as religiões e sua espacialidade, as festas populares, os sentimentos para com os lugares (pertencimento, medo, segurança, etc.) passaram a integrar a

problemática das pesquisas. A investigação geográfica passou a requerer a diversificação dos instrumentos/procedimentos metodológicos usados para dar conta das representações sobre o espaço vivido que mediam a ação e a vida do homem. Assim, foi preciso se aproximar e dialogar com outras as ciências sociais: a sociologia, a ciência política, a antropologia, entre outras, adotando e adaptando instrumentos/técnicas já consagrados que integram métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas, análise do discurso, além de outros mais recorrentes na história da ciência geográfica, como as fotografias, os mapas mentais, a observação direta, etc.

Evidentemente, tratar de método qualitativo requer não só o diálogo interdisciplinar para o desenvolvimento progressivo do *savoir faire* dos pesquisadores que o adotam em quaisquer áreas, sob quaisquer temas, como também problematizar as nuances específicas desses métodos na pesquisa geográfica. Trata-se de um trabalho que necessita ser realizado continuamente em prol do enriquecimento das pesquisas que envolvem o espaço vivido e as representações socioespaciais.

Por fim, devemos concordar com Bertrand et al. (2007), quando afirmam que o método qualitativo é uma “estratégia” de pesquisa que resulta de uma combinação possível de técnicas e saberes, formando uma “caixa de ferramentas” adaptada a uma pesquisa particular e em um contexto específico. Ultrapassa, portanto, a simples escolha de instrumentos de produção/levantamento e análise de dados. Alia-se à utilização de conceitos e problemáticas que requerem seu uso. Uma geografia humanista, mais atenta aos sentimentos, anseios e à relação dos indivíduos e atores sociais para com o espaço e o lugar é campo privilegiado para exercer a criatividade do geógrafo na composição da “caixa de ferramentas” qualitativa adequada às atuais problemáticas de um mundo complexo e aceleradamente mutável. Este é um desafio considerável para as pesquisas socioespaciais e seus pesquisadores.

REFERÊNCIAS

- BERTRAND, M. *et al.* Géographie et représentations : De la nécessité des méthodes qualitatives. **Recherches Qualitatives**, Hors Série, n. 3, Actes du colloque BILAN ET PROSPECTIVES DE LA RECHERCHE QUALITATIVE. Association pour la Recherche Qualitative, p. 316-334, 2007.
- CAMPOS, R. R. **Breve histórico do pensamento geográfico brasileiro nos séculos XIX e XX**. 1 ed. Jundiaí: Paco Editorial, 2011, 608 p.
- CHANTE, A. La géographie et le qualitative : des rapports constants et obligatoires. **Recherches Qualitatives**, Hors Série, n. 18, MÉTHODES QUALITATIVES EN SCIENCES SOCIALES ET HUMAINES : PERSPECTIVES ET EXPÉRIENCES, Association pour la Recherche Qualitative, p. 131-141, 2016,.
- CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta; Joana Afeche Pimenta. 2 Ed. Rev. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2014, 407 p.
- GOMES, P. C. C. **Geografia e modernidade**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 [1996], 368 p.
- GOMES, P. C. C. **O lugar do olhar: elementos para uma geografia da visibilidade**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.
- HAESBAERTH, R.; PEREIRA, S. N.; RIBEIRO, G. (Orgs.) **Vidal, vidais: textos de geografia humana, regional e política**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, 464 p.
- LACOSTE, Y. **La géographie, ça sert, d'abord, à faire la guerre**. Édition augmentée. Paris : La Découverte / Poche, 2014 [1976], 249 p.
- MAZZOLA, Renan B. Análise do discurso: um campo de reformulações. In: MILANEZ, N.; SANTOS, J. J. (Orgs.) **Análise do discurso: sujeito, lugares e olhares**. São Paulo: Claraluz, 2009. cap. 1, p. 7-16.
- MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro: as matrizes da renovação**. 1 ed. São Paulo: Contexto, 2009, 172 p.
- SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. 1 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013, 320 p.
- SOUZA, M. L. Consiliência ou bipolarização epistemológica? Sobre o persistente fosso entre as ciências da natureza e as da sociedade – e o papel dos geógrafos. In: SPOSITO, E. S. *et al.* (Orgs.) **A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2016. Cap. 1, p. 13-56.